



A Pluriatividade no Contexto do Desenvolvimento Regional Sustentável e as Atividades não Agrícolas

Artigo Completo

Jaime Antonio Stoffel (Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE/ *Campus* de Francisco Beltrão) – E-mail: jaimestoffel@hotmail.com

Katia Fabiane Rodrigues (Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE/ *Campus* de Toledo) – E-mail: kafrodrigues@yahoo.com.br

Diane Aparecida Ostroski (Universidade Federal do Paraná - UFPR/ *Campus* de Palotina) – E-mail: dianeostroski@gmail.com

Resumo: Este artigo objetivou apresentar um enfoque teórico sobre a evidência que se está apresentando em relação aos rumos da mão de obra agrícola, principalmente em pequenas propriedades, a qual cada vez mais direciona-se às atividades não agrícolas e aquelas relacionadas com a agricultura fora do estabelecimento. Nesse contexto apresenta-se a chamada pluriatividade, ou seja, a grande variedade de atividades hoje desenvolvidas no campo, enfatizando os reflexos deste conjunto de “novas” atividades no desenvolvimento do Estado do Paraná. Para tanto utilizou-se a Teoria da Base de Exportação de Douglas North e a Teoria dos “Efeitos em Cadeia” de Albert Hirschman. Utilizou-se também das literaturas que apontam para o desenvolvimento sustentável como uma estratégia de buscar alternativas capazes de enfrentar os problemas sócio-econômicos e ambientais na atualidade. Para tanto, buscou-se autores que dessem sustentação à proposta dessa discussão. Conclui-se que, com a estagnação da renda *per capita*, principalmente dos agricultores familiares, desde o período do plano Real, um desafio importante é o de encontrar alternativas de renda agrícola e não-agrícola viáveis para essa população.

Palavras-Chave: planejamento, sustentabilidade, novo rural.

1 Introdução

Este artigo analisa, através de um enfoque teórico, o surgimento de uma nova configuração do meio rural brasileiro, a partir do final da década de 1980 e início da década de 1990, em especial no Estado do Paraná, apresentando quatro grandes aspectos do “novo rural” paranaense, como elementos representativos do potencial econômico deste estado: a piscicultura, o emprego, o setor de serviços e o turismo rural.

As transformações que ocorreram no Paraná no setor industrial e agrícola são representadas, basicamente, por três processos de mudanças: a década de 1930 caracterizou-se por uma economia agrícola tradicional, com o processo de colonização voltado para a formação da pequena propriedade, visando a construção de um sistema de produção agroalimentar auto-sustentável e a expansão da fronteira agrícola.

A partir dos anos 70, a agricultura paranaense vislumbrou mudanças tecnológicas significativas, caracterizadas pela incorporação de culturas tecnificadas e a utilização de insumos modernos. Ressalta-se que este cenário foi impulsionado pelas transformações ocorridas na base produtiva do Estado. Assim aponta-se que as mudanças ocorridas na



economia Paranaense pós década de 1970, como o esgotamento da fronteira agrícola e as transformações tecnológicas na agricultura entre outros, foram cruciais para o crescimento econômico do Estado do Paraná, nas décadas de 1980 e 1990. Este processo de expansão foi visível também na indústria, pois as indústrias tradicionais (produtos alimentares, a madeira e o setor têxtil), diminuíram sua participação no Valor Adicionado, abrindo espaço para o ramo metal-mecânico, em especial a indústria de material de transportes (TRINTIN, 2001).

Nos anos 90 ocorreu a consolidação da agroindústria de carnes e derivados. A produção de grãos teve um crescimento de 38% entre 1985 a 1998, impulsionada pelas culturas de soja, milho e trigo, além da produção do café. Ressalta-se que foi em torno dessas *commodities* que se moldaram as cooperativas e as agroindústrias que marcam a indústria tradicional do interior do Estado. Desse modo, a formulação do complexo soja, aliado à produção de outras *commodities* agropecuárias, deu suporte à produção e à industrialização de carne de pequenos animais. Esses efeitos de encadeamentos produtivos levaram à formação de importantes agroindústrias (TRINTIN et all, 2008).

Mediante este cenário Piffer et all (2002) corroboram afirmando que, o crescimento do Estado do Paraná foi basicamente influenciado pelas atividades que envolveram a agricultura, a pecuária, a silvicultura e as atividades industriais.

Com todas estas transformações, pelas quais passou a economia paranaense, decorreu na última década do século XX, e ao longo do século atual, uma nova configuração do meio rural, baseada em uma agropecuária moderna ligada às agroindústrias, atividades não-agrícolas e um conjunto de “novas” atividades agropecuárias.

Considerando este cenário o presente artigo tem por objetivo analisar este conjunto de “novas” atividades, como um processo que desencadeia a busca de um contexto mais amplo de desenvolvimento regional sustentável. Para tanto utilizou-se as teorias de Douglas North e de Albert Hirschman, através da Teoria da “Base de Exportação” e da Teoria de “Efeitos em Cadeia”, respectivamente. A construção dessa estrutura teórica justifica-se pela relevância da teoria da Base de Exportação, em explicar o surgimento de novos produtos que tenderão a consolidar uma nova estrutura produtiva de uma região, de modo que o dinamismo dessa estrutura produtiva será fundamental para o desenvolvimento da região. Todavia a difusão dessas atividades dinâmicas é crucial, da mesma forma para que tais atividades sejam difundidas é preciso comportar um aporte tecnológico eficiente e diversidade de recursos naturais. De outra forma os efeitos em cadeia “para frente e para trás” de Hirschman explicam os encadeamentos resultantes das “novas” atividades agropecuárias.

Isto posto, o presente trabalho será apresentado em cinco seções, em que serão abordados, primeiramente, os aspectos teóricos referentes a Pluriatividade e a Teoria da “Base de Exportação” e da Teoria dos “Efeitos em Cadeia”. No momento seguinte, serão abordados os aspectos relativos ao Planejamento e Desenvolvimento Regional Sustentável, enfocando também o “Novo Rural” no Contexto do Desenvolvimento Regional Sustentável, bem como discorrer sobre as Políticas voltadas para criar Estratégias de Desenvolvimento Regional Sustentável. Na última seção serão expostas as considerações finais sobre os aspectos percebidos desta interação.



2 Enfoque teórico sobre a pluriatividade: a teoria da “Base de Exportação” de Douglas North e a teoria dos “Efeitos em Cadeia” de Albert Hirschman

Atualmente a pluriatividade está presente em uma boa parcela das famílias que vivem no campo. Para muitas destas, tem representado uma significativa contribuição para a renda familiar mensal, para outras, pode representar a busca de novas atividades. De acordo com SCHNEIDER (2003), denomina-se pluriatividade, o ato de alocar nas propriedades diferentes atividades, além das praticadas na agricultura.

Ainda segundo o mesmo autor, estas atividades não ligadas à agricultura, muitas vezes, são desenvolvidas sem que sejam recebidas recompensas em dinheiro, podendo ser feitas trocas de favores e serviços ou até mesmo por produtos que a família necessite para a produção ou subsistência, podendo ser desenvolvidas por alguns indivíduos ou pela família, representando assim uma renda complementar ou mesmo principal.

Para Del Grossi e Silva (1998), o termo pluriatividade, permite juntar as atividades agrícolas com outras atividades que gerem ganhos monetários e não monetários, independentemente de serem internas ou externas à exploração agropecuária. Para isso permite considerar todas as atividades exercidas por todos os membros do domicílio, inclusive as ocupações por conta própria, o trabalho assalariado e não assalariado, realizados dentro e/ou fora das explorações agropecuárias. Desse modo, os conceitos de diversificação produtiva e de agricultura a tempo parcial (*part time*), ficam contidas dentro do conceito de pluriatividade

A partir de meados dos anos 1980, vem-se assistindo o surgimento de uma nova conformação do meio rural brasileiro, a exemplo do que já ocorre há tempos nos países desenvolvidos. Neste sentido, faz-se perceber que um novo paradigma “pós-industrial” está emergindo, fazendo com que o mundo rural volte a ser maior que a agricultura. Esse *novo rural*, como vem sendo denominado, compõe-se basicamente de três grandes grupos de atividades: uma agropecuária moderna, baseada em *commodities* e intimamente ligada às agroindústrias; um conjunto de atividades não-agrícolas, ligadas à moradia, ao lazer e a várias atividades industriais e de prestação de serviços, e um conjunto de *novas* atividades agropecuárias, localizadas em nichos especiais de mercados (Del Grossi et al., 2002).

Estas transformações, pelas quais o mundo rural está passando, faz com que este já não pode mais ser analisado apenas como o conjunto das atividades agropecuárias e agroindustriais, pois surgiram e estão surgindo novas funções. E estas novas atividades rurais, agrícolas e não-agrícolas, altamente intensivas e de pequena escala, tem e vem propiciando outras oportunidades para um conjunto, principalmente, de pequenos produtores, que combinam atividades dentro e fora de seu estabelecimento, tanto nos ramos tradicionais urbano-industriais, como nas novas atividades que vem se desenvolvendo no meio rural, como lazer, turismo, conservação da natureza, moradia e prestação de serviços.

E neste cenário de mudanças é possível buscar na teoria da “Base de Exportação” de Douglas North e na teoria dos “Efeitos em Cadeia” de Albert Hirschman, subsídios para dar sustentabilidade a estas, pois de acordo com North (1997), “o crescimento de uma região está intimamente vinculado ao sucesso de suas exportações e pode ocorrer como resultado da melhoria da posição das exportações existentes, relativamente às áreas competitivas, ou como resultado do desenvolvimento de novos produtos de exportação”.



Uma região, para manter sua competitividade, seu crescimento, precisa constantemente renovar, buscar mudanças, aperfeiçoar seus produtos exportáveis, pois o declínio de um produto de exportação deve ser acompanhado pelo crescimento de outros, ou então, a região ficará “encalhada”. Entre as razões principais para o declínio de um produto de exportação, segundo North, “estão as mudanças na demanda exterior à região, a exaustão de um recurso natural, os custos crescentes de terra ou trabalho, em relação aos de uma região competidora e as mudanças tecnológicas que alteram a composição relativa dos insumos”.

Em contrapartida, os principais fatores que influenciam na região para a criação de novos produtos de exportação são: um maior desenvolvimento dos transportes, o crescimento da renda e da demanda em outras regiões, o progresso tecnológico, a participação do governo estadual e federal na criação de benefícios sociais básicos e um fator importante, está centrado na mudança dos gostos do consumidor.

Assim sendo, North (1997), afirma que à medida que cresce a renda da região, as poupanças locais tenderão a se extravasar para novos tipos de atividades. Num primeiro momento, essas atividades satisfazem a demanda local, mas posteriormente, algumas delas se tornarão indústrias de exportação. Esse movimento é reforçado pela tendência dos custos de transferência se tornarem menos importantes. Como resultado, as bases de exportação das regiões tendem a se tornar mais diversificadas e tendem a perder sua identidade como regiões. Finalmente, em longo prazo, pode-se esperar, com a mobilidade, uma maior equalização da renda *per capita* e uma dispersão mais ampla da produção.

Já para Piffer (1997), *apud* Schwartzman, onde este sintetiza os argumentos de North, aponta que o desenvolvimento de uma região a partir de uma base de exportação, dependerá do dinamismo desta base e da sua difusão para o resto da economia regional, apresentando, nesse sentido, duas condições necessárias para o desenvolvimento de uma região: a) manutenção do dinamismo do produto de exportação: isto é, para se falar em desenvolvimento, é preciso que a renda real de uma economia esteja crescendo, e isto se dá, através da manutenção e do dinamismo do produto de exportação, ou seja, é necessário que a venda dos produtos de exportação esteja crescendo a uma taxa adequada para que sejam criadas as condições necessárias para o desenvolvimento da região; e b) a difusão do dinamismo por outros setores da economia. Isto ocorre quando o produto de exportação estiver desenvolvendo outros setores da economia, ou seja, outras atividades produtivas surgem, difundindo e distribuindo de forma mais equitativa a renda, e destas poderão surgir outras “bases” de exportação.

Ainda de acordo com Piffer (1997), quanto à difusão do dinamismo para outros setores da região, depende de dois fatores principais: 1º característica do produto de exportação, isto é, a tecnologia usada na produção do produto de exportação pode causar repercussão nos outros setores produtivos da região. 2º diversidade dos recursos naturais da região. Se a região possuir outros recursos naturais, em que seus rendimentos não sejam muito inferiores aos da base, então o desenvolvimento desta e o aparecimento de economias externas poderão ser também explorados. Isto provocará uma diversificação da produção e poderão surgir até novos produtos de exportação.

Estas repercussões, segundo Schwartzman (1975), *apud* Hirschman, podem ser classificadas em dois momentos principais. Encadeamento para trás – são as repercussões da indústria de exportação sobre outras atividades que podem fornecer-lhe insumos, inclusive bens de capital. Encadeamento para frente – são os efeitos causados nas atividades que se criam para utilizar o produto da indústria de exportação.



Define-se efeitos em cadeia de uma dada linha de produto como forças geradoras de investimentos que são postas em ação, através das relações de insumo-produto, quando as facilidades produtivas que suprem os insumos necessários à mencionada linha de produto ou que utilizam em cadeia retrospectivos levam a novos investimentos ao setor de fornecimento dos insumos (*input-supplying*), e os efeitos de cadeia prospectivos levarão a investimentos no setor da utilização da produção (*output-using*)” (HIRSCHMAN, 1985).

Assim sendo, os efeitos em cadeia, explicam uma fatia considerável da história do desenvolvimento regional. Isto se dá essencialmente através do registro de como uma “coisa leva à outra” e os efeitos em cadeia estão referidos de modo central a tal desenvolvimento.

3 Planejamento e desenvolvimento regional sustentável

O grande desafio colocado em pauta no mundo contemporâneo é buscar alternativas capazes de enfrentar os problemas econômicos, sociais e ambientais que estão apostos na atualidade frente a sobrevivência da humanidade no planeta.

Diante deste desafio é preciso que se busquem ou se formulem novas concepções de desenvolvimento procurando assegurar a permanência e a continuidade, a médio e longo prazo, dos avanços e melhorias na qualidade de vida, na organização econômica e na conservação do meio ambiente. Isto se dá através de uma proposta de desenvolvimento sustentável, voltado para dentro da região (endógeno), focando principalmente o desenvolvimento humano, criando oportunidades locais de desenvolvimento.

O desenvolvimento regional sustentável é um processo de desenvolvimento, no qual as regiões buscam compreender e solucionar seus problemas conforme suas particularidades econômicas, sociais, ecológicas e culturais, buscando a harmonia entre as necessidades presentes e futuras.

Todavia para compreender este processo endógeno de desenvolvimento regional sustentável é preciso compreender o conceito de região. A construção do conceito de região alcança sua importância nos fundamentos científicos da geografia clássica, de modo que a região passa a ser um conceito chave desta ciência, na qual a economia regional terá expressiva influência. A partir desse momento passa a surgir os primeiros conflitos com relação a definição de região. Nesse contexto é possível apontar dois conceitos de região:

A região natural influenciada pela corrente determinista, que se caracteriza pela uniformidade dos resultados da combinação ou integração em áreas dos elementos da natureza, justificando a exploração dos recursos naturais por interesses econômicos; e a região geográfica, decorrente da visão possibilista de Vidal de La Blache, em que os componentes humanos e naturais da paisagem conferem uma combinação específica à diversidade, singularizando o espaço regional. (CORRÊA, 1986; GOMES, 2000).



Nesse ambiente de ideias a análise positivista da geografia acrescenta ao estudo da região a visão quantitativa, ou seja, reconhecer e determinar a região se torna menos relevante que classificar e hierarquizar as regiões. Os modelos matemáticos passam a ser amplamente utilizados e as discussões sobre a geografia e a região se reduzem ao estudo empírico. Entrementes dessa concepção também surgem críticas, como as de Hartshorne, que afirma que os recortes de uma região são provenientes do exercício intelectual e considera que as divisões regionais são produzidas pelo intelecto, segundo objetivos determinados pelo pesquisador (LENCIONE, 1999).

Além desses apontamentos, existe outra corrente teórica de influência francesa denominada geografia ativa, que apresenta ideias diversificadas com relação a noção de espaço. Para esta vertente teórica o homem por intermédio das instituições pode organizar o espaço, ou seja, as estratégias de organização do espaço em busca do crescimento harmonioso (LENCIONE, 1999)

A visão da sociedade cada vez mais urbana e metropolitana remete a ideia de espaço como um território de ação de fluxos, e que a relevância desses fluxos reflete em toda a região transformando-a num polo regional. Assim esta vertente define a região pela dinâmica dos fluxos espaciais.

Em 1970 surgem as correntes da geografia de cunho marxista e fenomenológica. No que se refere a geografia de base marxista, cita-se como exemplo a concepção de região descrita por Milton Santos que afirma que a região é resultado de um processo histórico e meio da reprodução da vida social. A influência marxista é relevante, pois agrega conceitos fundamentais para compreensão da região como: desenvolvimento desigual, subdesenvolvimento, segregação urbana, favela, renda da terra, subnutrição e violência (SANTOS, 1978).

A questão do desenvolvimento desigual é discutida por David Harvey em sua teoria do desenvolvimento geográfico desigual. Para elaborar sua teoria Harvey (1992) parte da compreensão da dinâmica socioeconômica espacial, considerando como tais elementos se configuram no tempo e no espaço. A diferença da teoria de Harvey para as teorias tradicionais esta no fato de que para este autor tanto o espaço como o tempo são elementos dinâmicos, enquanto nas teorias tradicionais somente um desses fatores é dinâmico. A importância da análise espaço-temporal decorre da ineficiência das teorias tradicionais em esclarecer os motivos do desenvolvimento desigual.

Corroborando Capello (2008) salienta a importância de tornar as teorias da economia regional mais dinâmica, revelando a necessidade de análises que comportem a relação espaço e tempo, de modo que para compreender os fenômenos sejam eles econômicos ou sociais é preciso analisa-los no espaço e no tempo.

De outro modo a corrente fenomenológica aponta que a região é entendida como uma construção mental dos indivíduos (FRÉMONT, 1980). Desse modo a região passa a ser entendida como um espaço vivido, ou seja, um local que é construído socialmente a partir das formas como o indivíduo percebe e interpreta o espaço.

Diante desses fatores a região pode ser compreendida como um produto de elementos históricos e da relação conflituosa entre capital e trabalho, conforme a visão marxista evidencia. A região também é um espaço vivido que é moldado mediante a percepção dos indivíduos, ou seja, a região passa ser concebida por uma construção mental. Nesse espaço vivido as transformações econômicas, sociais, ambientais, os hábitos dos indivíduos, a



religião, a moral, os fatores culturais e históricos devem ser compreendidos no tempo e no espaço.

Assim ressalta-se que cada espaço é único, portanto o desenvolvimento não é homogêneo, o desenvolvimento econômico se manifesta em determinados pontos do espaço, configurando-se no fortalecimento de grandes polos de crescimento econômico (RIPPEL e FERRERA DE LIMA, 2009). Desse modo cada espaço deve ser planejado considerando tais particularidades, buscando nesses elementos os fatores necessários para alavancar o desenvolvimento da região.

Nesse ambiente de discussões entende-se que a economia regional necessita de estratégias de planejamento regional. Para dar suporte a essa discussão, Dallabrida (2000) traz algumas contribuições com a finalidade de apontar aspectos do desenvolvimento regional, no sentido da sustentabilidade e da endogenização. Este propõem que a alavancagem do desenvolvimento regional tenha como princípios a ‘sustentabilidade’ e a ‘endogenização’, com vistas a potencializar os recursos-humanos - materiais e não-materiais – locais e evitar mais degradação ambiental e exclusão social. Busca-se, com isso, estabelecer alguns parâmetros para orientar a construção e análise de planos de desenvolvimento regional.

Segundo o mesmo autor, é necessário que um projeto de desenvolvimento seja baseado no princípio da sustentabilidade. Entende-se que a mesma “deve compreender, no mínimo cinco dimensões: a físico-natural, a social, a cultural, a científico-tecnológica e a econômica”. A sustentabilidade físico-natural implica a manutenção do nosso suporte de vida; a social, manter e incrementar a qualidade de vida de toda a população, contribuir para a eliminação da pobreza e das desigualdades sociais; a cultural implica o respeito às diferenças étnicas e culturais; a científico-tecnológica implica na produção de bens e serviços que atendam às reais necessidades humanas e a sustentabilidade econômica implica no crescimento econômico.

A Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento define como ‘sustentável’ “o desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem suas próprias necessidades” (ONU, 1988).

De outra forma Sachs (1986) aponta que os princípios do desenvolvimento sustentável consistem na esfera econômica, ecológica e social. Essas esferas se expressam mediante maior produção e maior eficiência dos fatores de produção aliada a mudanças sociais, institucionais e ambientais. O desenvolvimento sustentável consiste na harmonia entre o crescimento econômico e o desenvolvimento social e ambiental. O processo de desenvolvimento pode ser estimulado através de políticas que influenciem a ação humana em relação à natureza. Para tanto, o Estado tem o papel de interventor desse processo. Assim, é necessário o aproveitamento racional, a otimização e a reutilização dos recursos, ou seja, a produção também consiste na gestão e na reciclagem dos recursos esgotáveis.

No desenvolvimento sustentável, “a natureza adquire uma ‘dimensão diretiva do desenvolvimento’, portanto, uma dimensão política, ética, comportamental, limitante ou potencializadora de determinado padrão de desenvolvimento”.

Dallabrida acredita que alavancar o desenvolvimento de uma região, com base nos princípios da sustentabilidade e da endogenização, talvez seja a única oportunidade possível de potencializar os recursos humanos - materiais e não-materiais – locais. Ou nas palavras do célebre geógrafo Milton Santos, a oportunidade de “libertação dos excluídos” (Santos, 1997 apud Dallabrida, 2000).



Já para Buarque (2002), o desenvolvimento local pode ser conceituado como um processo endógeno de mudança, que leva ao dinamismo econômico e à melhoria da qualidade de vida da população em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos. Para ser consistente e sustentável, o desenvolvimento local deve mobilizar e explorar as potencialidades locais e contribuir para elevar as oportunidades sociais e a viabilidade e competitividade da economia local e ao mesmo tempo, deve assegurar a conservação dos recursos naturais, que são a base das suas potencialidades e condição para a qualidade de vida da população local.

Nesse contexto, este novo empreendedorismo endógeno e local, necessita e demanda uma certa organização e mobilização da sociedade, a fim de buscar e explorar as suas capacidades e potencialidades próprias, caminhando para um processo auto-sustentável, consorciando seus conhecimentos com os recursos naturais existentes, de modo a criar raízes efetivas na matriz socioeconômica e cultural da localidade.

No novo paradigma de desenvolvimento, cada região ou município deve procurar espaços de competitividade de acordo com suas condições e potencialidades, levando em consideração, principalmente, o seu entorno e investir nos setores onde a capacidade e vantagem locacional é comparativamente melhor. Isto permite uma integração na economia nacional, atraindo capitais externos para investimentos (vantagens locacionais) e se cria as “externalidades” necessárias para um desenvolvimento sustentável.

Nesse sentido, o planejamento surge para fazer face aos novos desafios e às mudanças da realidade. O mundo passa por transformações constantes e é preciso que se estimule o surgimento de novas ideias e conceitos para fazer frente a uma realidade posta à tona. As novas condições socioeconômicas, tecnológicas, políticas e ambientais, nos chamam a tomar iniciativas imediatas, voltadas a atender novos gostos e costumes do público, para suprir suas necessidades vitais, oferecendo qualidade de vida e bem-estar social. Surge, dessa forma, o desafio dos agricultores familiares, em aproveitar melhor suas áreas de terra disponíveis, utilizando-se de atividades principais, complementares e suplementares na composição da renda. É no campo das atividades suplementares que surgem as rendas não agrícolas com a utilização das chamadas amenidades ambientais e se desenvolve o novo rural no contexto da pluriatividade.

4 O novo rural no contexto do desenvolvimento regional sustentável

Entende-se no que tange ao planejamento e ao desenvolvimento, é de fundamental importância compreender em que aspectos é possível pensar “nesse planejamento” para o posterior “desenvolvimento”. Neste sentido, apresentam-se os quatro grandes pilares encadeadores da pluriatividade: a piscicultura, o emprego, os serviços e o turismo rural, conceitualmente denominados como “novo rural”.

Segundo Del Grossi et all (2002), o termo “novo rural” foi colocado entre aspas por que muitas dessas atividades, na verdade, são seculares no país, mas não tinham, até recentemente, importância econômica. Eram atividades de *fundo de quintal*, *hobby's* pessoais ou pequenos negócios agropecuários intensivos (piscicultura, horticultura, floricultura, fruticultura de mesa, criação de pequenos animais, etc.), que foram transformados em importantes alternativas de emprego e renda no meio rural nos anos mais recentes. Muitas



dessas atividades, antes pouco valorizadas e dispersas, passaram a integrar verdadeiras cadeias produtivas, envolvendo, na maioria dos casos, não apenas transformações agroindustriais, mas também serviços pessoais e produtivos relativamente complexos e sofisticados nos ramos da distribuição, comunicações e embalagens.

Para entender o contexto desta chamada nova ruralidade no Brasil, apresentar-se-ão diferentes elementos, como já citados, a piscicultura, o emprego, o turismo rural e o encadeamento de serviços. Hora eles estão atrelados, hora separados; hora fundem-se, hora distanciam-se. O fato é que não há dicotomia entre eles.

O primeiro exemplo a ser citado é o caso da piscicultura, pois assistimos na década de 1990 uma explosão do número de pesque-pagues por todo o país, notadamente nos estados das regiões Sudeste e Sul. O crescimento do número de pesqueiros, conjugado a uma maior demanda para o processamento industrial, foram as bases da expansão da piscicultura.

A piscicultura apresenta um encadeamento de serviços e/ou diversificação de atividades bastante interessante. Segundo Del Grossi et all, (2002) as indústrias de rações especializadas também são estimuladas, com a produção de rações para alevinos, rações de crescimento, engorda e manutenção. Isso sem falar na indústria veterinária, na fabricação de hormônios de crescimento, reprodução ou reverso sexual, controle de doenças, entre tantos outros produtos que são utilizados ao longo da cadeia produtiva dos pesque-pagues.

Também tem a criação de minhocas para fisgar os peixes, atividade que geralmente é desenvolvida por outros produtores que se especializam nessa técnica. O autor enfatiza também, que o produtor de minhocas tem ainda a possibilidade de utilizar os dejetos da pecuária como fonte de matéria orgânica composta, para a criação das mesmas, além de ter a opção da venda de adubo orgânico.

Na mesma linha está a produção de varas para pescar, ou seja, ao chegar no pesqueiro, o cliente menos equipado precisará de varas preparadas, com linha e anzol adequados, para o lazer nos tanques. Também aqui há um estímulo aos produtores de varas para pescar que, com frequência, farão a reposição das varas danificadas nas pescarias.

Constata-se novamente um encadeamento em torno de um pesqueiro, que dá uma enorme quantidade de lojas especializadas ou não, que vendem os mais variados artigos de pesca aos “pirangueiros” de final de semana. Uma nova possibilidade de encadeamento é o aproveitamento das carcaças. Como já existe tecnologia disponível, para tratamento do resíduo dos peixes para fabricação de adubos e também para aproveitamento do couro para fabricação de peças de vestuário, essas duas atividades irão gerar importantes encadeamentos para frente no negócio da piscicultura, corroborando com a Teoria de Hirschman.

Todas essas novas atividades giram em torno da piscicultura e, segundo os autores, cresceram orientadas para atender novos segmentos de mercado. A partir da procura urbana pelo consumo ou lazer na forma de pesca, surge uma série de novos produtores dos mais diferentes itens ligados à piscicultura, formando assim uma cadeia completa e complexa.

Nesse ínterim, é importante destacar o crescimento da piscicultura em nível nacional, mas principalmente no Estado do Paraná, que ocupa a 5ª colocação na produção brasileira. Na última década o Estado apresentou forte crescimento num montante de 108%. Quanto ao valor bruto de produção apresentado pela piscicultura paranaense, pode-se verificar que esta cresceu de R\$67 milhões em 2002 para um total de R\$197,7 milhões em 2011, segundo dados da Secretaria do Estado e Abastecimento (SEAB, 2012). Isso demonstra a crescente



importância que a atividade propicia aos demais segmentos envolvidos no processo de produção, como citado anteriormente. Sendo assim, é visível a necessidade de estimular a cadeia em questão, seja via políticas públicas ou através da profissionalização dos elos o que acarreta em maior nível de competitividade da mesma, não apenas em nível nacional, mas internacional.

Ainda no ramo da piscicultura aparece outro elemento para ser discutido, é a questão do emprego. Assim, ainda de acordo com os mesmos autores, muitas dessas atividades geraram ocupações tradicionais do ramo da agricultura, como a engorda de peixes ou criação de minhocas, mas também geraram várias ocupações que tem pouco a ver com a atividade agrícola propriamente dita, como os garçons, caixas, cozinheiros, faxineiros, entre outras nos pesqueiros.

Pode-se citar, da mesma forma os encadeamentos relativos ao setor de serviços, onde os refrigerantes, cervejas ou sucos, servidos à beira dos tanques ou na sede do pesqueiro, geram uma importante fonte de receita, às vezes tão importante quanto o peixe fígado nos tanques. Depois de horas de pesca, também é natural que as pessoas queiram apreciar o peixe fresco, nos mais variados cardápios de nossa culinária. Também pode ser a opção de lazer daqueles que não gostam de pescar, mas gostam de saborear a culinária rural.

Percebe-se que o encadeamento prossegue, haja vista que os restaurantes nos pesqueiros não precisam se limitar aos peixes fígados em seus tanques, mas também podem oferecer ao cliente pratos com peixes exóticos ou nativos, comprados de outros piscicultores.

Um dado importante a destacar é o das agroindústrias processadoras, que estão se desenvolvendo por todo o país, e segundo os presentes autores, explorando pequenos nichos de mercado. Muitas são atividades artesanais, ou quase, explorando os mais variados mercados: doces, bebidas, vinhos, salgados, carnes e derivados, lácteos e derivados, etc. A cultura brasileira tem uma culinária muito rica com possibilidades de explorar comercialmente esses sabores regionais, principalmente se tiver alguma origem étnica, com potencial crescente em todo o mundo.

Outro elemento ilustrativo da nova ruralidade é o turismo rural. O turismo é uma das atividades que mais cresce no mundo, e o segmento do turismo rural está entre elas, com uma gama enorme de opções. Os autores tornam explícita a opção de um número enorme de pessoas hoje preferindo o turismo rural, onde além de atividades como andar a cavalo, contemplar paisagens e praticar esportes, os turistas podem vivenciar rotinas que vão desde a ordenha até a alimentação do gado, o trato dos suínos e as colheitas. As pessoas que procuram essa modalidade de turismo não fazem tanta questão do conforto, mas procuram a autenticidade dos valores culturais e patrimoniais.

Importante perceber ainda que, segundo Del Grossi et all (2002), é comum, com o passar do tempo, que a renda gerada pelos turistas acabe se tornando mais importante que aquela proveniente da atividade agropecuária. Isto, evidentemente, na ótica do homem do campo, ou seja, de quem tinha lá atividades agrícolas e substituídas por atividades não-agrícolas, nesse caso, turísticas.

Segundo análises feitas por Graziano da Silva, é possível perceber que as rendas não-agrícolas podem ser maiores que as rendas agrícolas dentro de uma mesma região, podendo ser visto também que as pessoas ocupadas no meio rural em atividades não ligadas a agricultura possuem renda média maior do que as pessoas que trabalham em atividades agropecuárias. Diante da situação é possível perceber que as rendas provenientes de



atividades não-agrícolas fazem com que a renda média das pessoas residentes no meio rural aumente sem que seja necessário mudar para a cidade (GRAZIANO DA SILVA, 2002).

Ainda em relação ao turismo rural, o seu potencial pode crescer com a conjugação de lazer, história e cultura. Já há alguns anos, o turismo rural vem sendo explorado na região de Ponta Grossa, no Paraná, aproveitando o ciclo histórico do tropeirismo. Isso por que toda a região do segundo planalto paranaense era caminho das tropas que saíam do Rio Grande do Sul em direção principalmente a São Paulo ou Minas Gerais. Hoje, são atividades que atraem um número crescente de turistas, por exemplo, percorrer o mesmo caminho dos tropeiros, comer a mesma comida, preparada na fogueira do chão, acordar no mesmo horário das tropas, observar a natureza enquanto se caminha.

Já existe uma grande relação de atividades que estão transformando o espaço rural: aves nobres ou exóticas como o avestruz, galinhas caipiras, rãs, javalis, scargot, ervas medicinais e aromáticas, hidroponia, cogumelos (*shitake*), acondicionamento de alimentos, festas de peão de rodeios, são apenas alguns exemplos dessas novas atividades que se proliferam pelo meio rural paranaense.

Nesse sentido, é válido salientar que o turismo rural no Estado do Paraná cresceu cerca de 32% nessa última década apresentando um incremento de R\$700,00 milhões nas receitas geradas pelo setor, que fechou 2011 com um montante de R\$3,8 bilhões, segundo dados da Secretaria de Estado do Turismo (SETU). Parte desse cenário deve-se ao estímulo dado aos agricultores familiares, que atrás de um incremento de suas rendas foram estimulados a investir em suas propriedades a fim de atrair um novo tipo de turista interessado nas vocações locais e regionais. Novos empreendimentos foram criados para cativar o turista, principalmente no que tange a alimentação, com novos empreendimentos gastronômicos rurais, assim como confortáveis instalações, com a oferta de pousadas, área de *camping* e hotéis no campo, buscando enaltecer a valorização da ruralidade e a sustentabilidade engendrada em suas ações.

No entanto, a fim de fortalecer o espaço do novo rural, faz-se necessário criar políticas que dêem suporte de sustentação aos quatro grandes pilares de sua pluriatividade. É sobre isto que trata o próximo item.

5 Um enfoque sistêmico sobre as políticas voltadas para criar estratégias de desenvolvimento regional sustentável

Embora, sem a magnitude que assume nos países desenvolvidos, o fenômeno da pluriatividade e da agricultura em tempo parcial, (*part time*), também conhecida como “novo rural”, já está sendo percebida nos países em desenvolvimento, como no caso do Brasil.

Esse “novo rural brasileiro” precisa ser repensado neste início de século para não se cometer os mesmos erros do passado, quando da implantação e/ou criação de políticas produtivistas inspiradas na chamada “Revolução Verde” dos anos cinquenta.

Neste sentido, Del Grossi et all (2002), apontam cinco grupos de políticas agrícolas que, segundo eles, é condição necessária, mas não suficiente para o desenvolvimento rural. No entanto, como buscam-se soluções para o tratamento de problemas do meio rural, logicamente que são tendências positivas, se implantadas.



Em primeiro lugar, aparecem as políticas de ‘desprivatização’ do espaço rural, tais como a criação de programas de moradia rural, recuperação de vilas e colônias, implantação de áreas públicas para lazer no entorno de reservas ecológicas, parques e represas e a implantação de uma reforma agrária não exclusivamente agrícola nas regiões centro-sul do país. Em segundo lugar, políticas de urbanização do meio rural visando a criação de infraestrutura de transportes e comunicações, bem como a extensão dos serviços urbanos básicos, principalmente água potável, energia elétrica, saúde, educação. Na sequência, em terceiro, políticas de geração de renda e ocupações não-agrícolas, que visem estimular a pluriatividade das famílias rurais e outros usos para os espaços rurais (como o turismo, a moradia e a preservação ambiental), promovendo também a requalificação profissional necessária dessa população para a sua reinserção nesses novos segmentos de prestação de serviços pessoais que estão surgindo. Já em quarto lugar, cita-se as políticas sociais compensatórias ativas, tais como aposentadoria precoce em áreas desfavorecidas, estímulo a jovens agricultores, renda mínima vinculada à educação de crianças (como no caso dos cortadores de cana mirins, trabalhadores das carvoarias), etc.; e, por último, em quinto, reordenamento político-institucional que reconheça as novas formas de regulação que vem surgindo no novo rural e que permitam tanto superar o tratamento individualizado dado até aqui aos beneficiários das políticas públicas, como fortalecer novas estruturas do poder local para que seja possível a efetiva descentralização das atuais políticas públicas do país (DEL GROSSI, et all 2002).

Faz-se necessário, nesse contexto, a implantação de uma política que privilegie alternativas para o homem do campo, para que este, não só lá permaneça com atividades tradicionais, mas tenha condições de investir em opções não agrícolas, se mantendo assim no campo.

Nesse sentido, fazendo uma relação entre a expansão do “novo rural” em paralelo ao crescimento dos problemas sociais das cidades, será que a implantação dessas políticas não viria resolver ao menos em partes os problemas no meio urbano, como o desemprego, o subemprego, a informalidade, dentre outros tantos? Precisamos de políticas públicas que incorporem o “novo rural” paranaense, incentivando o investimento do homem do campo no próprio campo. Esse pode ser um dos fatores de não inchaço populacional como consequência do êxodo rural. Enfim, é preciso remover o viés urbano e agrícola das atuais políticas públicas, sem que o desenvolvimento do novo rural paranaense possa ficar comprometido.

6 Considerações Finais

Entende-se que a pluriatividade é a mola mestra do desenvolvimento regional, ou seja, a piscicultura, o emprego, o setor de serviços e o turismo rural, por exemplo, compõem um conjunto da diversidade de atividades hoje desenvolvidas no campo e que além de serem estratégias econômicas, apresentam-se também como alternativas para manter o homem no campo, com o viés de ser este um dos incentivos ao não inchaço populacional nas cidades, o que estaria contribuindo para diminuir os problemas sociais, dentre eles o desemprego, por exemplo.

Estas atividades não agrícolas, para as quais a população rural está se voltando, gerando novas categorias de empregos faz com que as áreas rurais se associem com atividades orientadas para o consumo, tais como lazer, turismo ecológico, preservação do meio ambiente



entre outras atividades, criando um mercado de trabalho relativamente diferenciado, que combina desde a prestação de serviços manuais até o emprego temporário nas indústrias tradicionais (agroindústrias, têxteis, etc.).

Este fato ocorre pela nova abordagem que se impõem, hoje, no contexto de uma agricultura modernizada e de um espaço agrário que se urbaniza, produzindo uma “individualização” do trabalho na unidade agrícola, ou seja, as atividades desenvolvidas nos estabelecimentos agropecuários estão deixando, cada vez mais, de ser de responsabilidade de um conjunto dos membros da família para ser de um ou outro membro dela, fazendo com que se libere este excedente de mão-de-obra para outras atividades não agrícolas.

Diante do exposto, a Teoria da “Base de Exportação”, fundamentada em Douglas North, diretamente relacionada com o potencial econômico de uma região, onde este defende o desenvolvimento de produtos de exportação já existentes, ou a criação de novos produtos, encontra um aporte altamente sustentável neste novo contexto de agricultura moderna, ou seja, a pluriatividade desenvolvida nos estabelecimentos rurais.

Não menos importante, neste sentido, é a Teoria dos “Efeitos em Cadeia” de Albert Hirschman, pois percebe-se claramente as ligações ou os efeitos de ligação que ocorrem nas várias atividades apresentadas neste trabalho, tanto a montante, quanto a jusante, criando e desenvolvendo economias internas e externas e gerando benefícios sócio-econômicos e ambientais, através de transformações e novas atividades na economia.

E, portanto, para preparar todo este contingente de transformações e novas atividades, neste “novo rural”, que está aflorando no Estado do Paraná, principalmente fora do eixo nodal da Região Metropolitana de Curitiba (RMC), o planejamento passa a ter um papel primordial, pois é através dele que as ações do plano político acontecem. O planejamento está assentado no desenvolvimento sustentável, ou seja, se uma região tem potencialidades econômicas, ela pode crescer mais ou menos de acordo com o planejamento aplicado a tal região.

Por isto, é necessário que se crie um conjunto articulado de políticas estruturais com políticas assistenciais compensatórias, para constituir uma base de políticas voltadas ao desenvolvimento rural sustentável e que tenham como objetivo principal o combate à pobreza no campo e abrir um novo horizonte para a população que vive no meio rural.

Referências

- BUARQUE, Sérgio C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável: metodologia de planejamento**. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2002.
- CAPELLO Roberta. Regional economics in its 1950s: recent theoretical directions and future challenges. **The annals of Regional Science**, Berlim, vol. 42, n 04, p. 747-767, 2008.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e Organização Espacial**. São Paulo. Ed. Ática, 1986.
- DALLABRIDA, Valdir Roque. **O desenvolvimento regional: a necessidade de novos paradigmas**. Ijuí: Editora Unijuí, 2000.
- DEL GROSSI, Mauro Eduardo; SOUZA, Marcelino de & SILVA, José Graziano da. **O novo rural paranaense**. In: CUNHA, Marina Silva da; SHIKIDA, Pery Francisco Assis &



JÚNIOR, Weimar Freire da Rocha. *Agronegócio paranaense: potencialidades e desafios*. Cascavel: Edunioeste, 2002.

DEL GROSSI, Mauro Eduardo & SILVA, José Graziano da. **A pluriatividade na agropecuária brasileira em 1995**. IN: *Agronegócio Brasileiro: desafios e perspectivas*. Brasília: Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural - SOBER, 1998. volume II.

FRÉMONT, Armand. **A região, espaço vivido**. Coimbra, Portugal. Ed. Almedina, 1980.

GOMES, Paulo César da Costa. **O conceito de região e sua discussão**. In: CASTRO, Iná Elias et all (org.). *Geografia: Conceitos e Temas*. Rio de Janeiro. Ed. Bertrand Brasil, 2000.

GRAZIANO DA SILVA, Jose. **O novo rural brasileiro**. 2. ed, Campinas: Unicamp. IE, 2002.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Ed. Loyola, 5ª edição, 1992 (tradução: Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves).

HIRSCHMAN, Albert O. **desenvolvimento por efeitos em cadeia: uma abordagem generalizada**. In: SCHWARZTMAN (org). *Economia regional: textos escolhidos*. CEDEPLAR, Belo Horizonte, MG. 1977a.

_____. **Desenvolvimento por efeitos em cadeia: uma abordagem generalizada**. In: SORJ, Bernardo et all. **Economia e movimentos sociais na América Latina**. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 31-79.

IPEA, Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas. Disponível em: ipea.gov.br/sites/000/17/edicoes/54/pdfs/rd54not05.pdf, novembro de 2012.

LENCIONE, S. **Região e Geografia**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

NORTH, Douglas C. **Teoria da localização e crescimento econômico regional**. In: SCHWARZTMAN (org). *Economia regional: textos escolhidos*. CEDEPLAR, Belo Horizonte, MG. 1977a.

PIFFER, Moacir. **A dinâmica do oeste paranaense: sua inserção na economia nacional**. Dissertação de mestrado. UFPR. Curitiba, 1997.

PIFFER, Moacir et all. **A base de exportação e a reestruturação das atividades produtivas no Paraná**. In: CUNHA, Marina Silva da; SHIKIDA, Pery Francisco Assis & JÚNIOR, Weimar Freire da Rocha. *Agronegócio paranaense: potencialidades e desafios*. Cascavel: Edunioeste, 2002.

RIPPEL, R.; FERRERA DE LIMA, J. . **Polos de Crescimento Econômico: Notas Sobre o Caso do Estado do Paraná**. *Redes*, Santa Cruz do Sul, vol. 14, p. 136-149, 2009.

SACHS, I. **Ecodesenvolvimento - crescer sem destruir**. São Paulo: Vértice, 1986a. 207 p

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova**. São Paulo. Ed. Hucitec, 1978.

SCHNEIDER, Sergio. **A Pluriatividade na Agricultura Familiar**, Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

SCHWARZTMAN, J. A. **Teoria da base de exportação e o desenvolvimento regional**. In: HADDAD, P. R. *Desequilíbrios regionais e descentralização industrial*. IPEA/IPLAN, (monografia 16) Rio de Janeiro, 1975.



SEAB, Secretaria do Estado e Abastecimento Disponível em: www.seab.pr.org em novembro de 2012.

TRINTIN, J. G. **A Economia Paranaense: 1985-1998**. Campinas, 2001. (Tese de Doutorado) IE/UNICAMP, 2001.

TRINTIN, J. G.; GUALDA, N. L. P.; RUSSO, L. X. . **As transformações recentes na agricultura paranaense em um contexto de inexistência de políticas públicas para o setor**. In: XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2008, 2008, Rio Branco - Acre. **Anais...** do XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2008.